



EIXO TEMÁTICO:
Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO AUDIOVISUAL TELEVISIVA: UM ESTUDO SOBRE A TV TUPI

PRESERVATION OF AUDIOVISUAL TELEVISION INFORMATION: A STUDY ABOUT TV TUPI

Roberta Albanielle Garcia¹
Gustavo Menon Miranda²

Resumo: Quando a TV Tupi, a primeira emissora de televisão brasileira, teve as atividades interrompidas após crises institucionais e a declaração de perempção das concessões pelo governo federal, os arquivos gerados ao longo de quase três décadas de operação ficaram abandonados em suas sedes, os quais foram repassados paulatinamente às entidades públicas para custódia. O objetivo deste trabalho consiste em analisar os tópicos de preservação e conservação audiovisual sob o prisma do acervo da TV Tupi. Foram selecionados textos, científicos e não científicos, que discorressem sobre o tema e auxiliassem na investigação proposta. Posteriormente, os termos e expressões recuperadas foram explorados sob a ótica da Análise de Conteúdo. A avaliação mostra que as perspectivas de salvaguarda são incertas. Há a possibilidade de digitalização de parcela do acervo, no entanto o repasse de verbas para as organizações curadoras é escasso ou nulo. É emergente a necessidade de conscientização dos órgãos governamentais responsáveis e de propostas de preservação, uma vez que a obsolescência e estabilidade dos suportes já demonstram sinais preocupantes. Constata-se que o intervalo de tempo ainda possível e disponível para reformatação do material é extremamente curto, incorrendo-se no risco de perda de informações audiovisuais.

Palavras-chave: arquivos audiovisuais; acervo de emissora de TV; TV Tupi; preservação e conservação de documentos audiovisuais.

Abstract: When TV Tupi, the first Brazilian television channel, had its activities interrupted

¹ Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: robertagarcia@uel.br

² Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: gustavomga@gmail.com

after institutional crises and the declaration of peremption of concessions by the federal government, the files generated over almost three decades of operation were abandoned at its headquarters, which were gradually transferred to public entities for custody. The objective of this work is to analyze the topics of audiovisual preservation and conservation through the prism of the TV Tupi collection. Scientific and non-scientific texts were selected, discussed the topic and helped in the proposed investigation. Subsequently, the terms and expressions retrieved were explored from the perspective of Content Analysis. The assessment shows that safeguard prospects are uncertain. There is the possibility of digitizing part of the collection, however the transfer of funds to curator organizations is scarce or null. There is an emerging need to raise the awareness of responsible government agencies and conservation proposals, since the obsolescence and stability of the supports already show worrying signs. It appears that the time interval still possible and available for reformatting the material is extremely short, incurring the risk of loss of audiovisual information.

Keywords: audiovisual archives; TV station collection; Tupi TV; preservation and conservation of audiovisual documents.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de seu desenvolvimento, os arquivos passaram por muitas mudanças, as quais definiram não só a parte conceitual, mas a própria prática exercida no arquivo em suas funções e relações com o organismo produtor. Houve uma apropriação, por parte dos arquivistas, a partir da década de 1960, de documentos de suportes diferentes do, até então único neste ambiente, papel (ROUSSEAU; COUTURE, 1994 *apud* BRITO, 2012).

A ampliação do conceito de documento arquivístico favoreceu a crescente valorização dos documentos audiovisuais no contexto da Arquivologia. Assim, outros campos de atuação puderam ser explorados. Organizações de Rádio e TV, acervos fotográficos e filmográficos foram estudados e tratados para que se pudesse abstrair uma gama infinita de informações relevantes à sociedade contemporânea.

A expressão documento audiovisual congrega diferentes gêneros documentais e suportes, sendo sonoro (áudio), visual ou sonoro e visual simultaneamente. Por fim, há documentos que mesclam sons, imagens, textos e outras informações (numéricas, gráficas etc.), constituindo o multimídia, ou seja, o documento que incorpora várias mídias e só pode ser consultado através da tecnologia computacional (BUARQUE, 2008).

A preservação dos arquivos audiovisuais tem enfrentado crises ao redor do globo, sejam elas relacionadas a limitações orçamentárias ou falta de aperfeiçoamento tecnológico. Essas situações se relacionam diretamente à capacidade de quais ações podem ser desenvolvidas pelas organizações

custodiadoras. O incremento de investimentos em arquivos não cresceu na mesma proporção ao interesse por referidos acervos. Dessa maneira, às instituições são delegados muito mais conteúdo do que a própria capacidade de organização, processamento e preservação (SEEGGER, 2009).

No início de suas operações, a TV brasileira produzia e exibia, essencialmente, conteúdos ao vivo: musicais, novelas e telejornalismo. Os poucos materiais gravados, ainda em película, emitidos naquele momento eram filmes e séries, majoritariamente estadunidenses, e pequenas reportagens externas (ALVES, 2008; LAGE, 2005).

Considerando que: a) em seus primórdios a TV Tupi quase não dispunha de meios para registrar as imagens de sua programação; b) quando houve a possibilidade de gravá-las, havia pouca, ou quase nenhuma, consciência da importância desses arquivos, e; c) reconhecendo, ainda, o cenário de desvalorização das instituições custodiadoras desses materiais, questiona-se: Quais as perspectivas de preservação informacional do arquivo audiovisual da TV Tupi ao longo dos anos? A pesquisa manifestará os resultados das inquietações aqui apresentadas.

Tendo como objetivo geral analisar os tópicos de preservação e conservação audiovisual sob o prisma do acervo da TV Tupi, a presente pesquisa traz como objetivos específicos traçar um breve histórico arquivístico da preservação e conservação dos Fundos TV Tupi - São Paulo e Rio de Janeiro, efetuar uma avaliação de obsolescência de mídias de armazenamento e efetuar uma avaliação de estabilidade de mídia.

O acervo remanescente da TV Tupi retrata de maneira ímpar a sociedade da época sob diversas nuances, não só a partir do que está explícito, mas, principalmente, por meio de aspectos implícitos em toda a obra produzida. O modo como os temas eram tratados nos programas exibidos e até o destino da empresa exprimem a atmosfera de tensão social da época.

Mnemonicamente, o encerramento de suas atividades quase custou os próprios registros, a partir dos quais é possível refletir aspectos de cidadania: onde estávamos? Onde estamos? Aonde queremos chegar? Cada pessoa é parte de um todo e desenvolve, juntamente com seus pares, a memória da sociedade e, mediante registros concebidos por esta, proporcionará subsídios aos descendentes para a percepção da história humana. A eliminação de produções de antepassados pode fadar à repetição, sem cessar, de experiências já conhecidas (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008). Esse material, ainda, mas não menos importante, propicia a

expansão de pesquisas históricas, utilizando-se dos documentos audiovisuais televisivos (MARQUES, 2015).

Considerando o âmbito arquivístico especificamente, seja na esfera de formatos físicos, apesar de rumarem a um processo *tapeless*, em que há a dissolução do suporte (NAVAS BENÍTEZ, 2020), os quais representam uma parcela considerável dos registros da televisão Brasileira, ou de arquivos digitais, no que concerne à preservação digital, percebe-se na literatura científica de Arquivologia no Brasil que ainda há espaço para debater a respeito desta temática (SILVA; MADIO, 2016), sobretudo em relação a acervos televisivos.

Observa-se que o patrimônio citado é composto, em grande parte, por suportes obsoletos (FERNANDES, 2007), dificultando a organização e difusão do conteúdo, ou seja, conseqüentemente, o acesso à informação. Evidencia-se, por razão análoga, a dificuldade de conservação, em virtude do estado precário em que se encontrava o predito material absorvido por tais unidades de informação à época de sua transferência (COELHO, 2009). Acentua-se, assim, a necessidade urgente, entre outras ações, de realizar a preservação destes arquivos: a Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais (IASA, 2017) assinala que a comunidade arquivística audiovisual mundial admite que, por volta de 2030, a digitalização mesmo dos suportes magnéticos mais comuns poderá estar fora do alcance para a maioria das instituições custodiadoras de tais acervos.

Esclarece-se que o presente artigo apresenta parte dos resultados obtidos durante o processo de pesquisa e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso concebido ao final da graduação em Arquivologia, no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, no ano letivo de 2020.

2 METODOLOGIA

Sendo a TV Tupi, e o seu acervo audiovisual, o objeto de estudo dessa pesquisa optou-se pelo estudo de caso como procedimento metodológico, o qual possibilita uma melhor compreensão dos fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. No que

se refere às divisões de tipos de pesquisa, quanto à natureza, esta assume a característica de ser aplicada. Quanto aos objetivos, se configura como exploratória e descritiva.

Optou-se por efetuar pesquisa em bibliografias a respeito do tema, a utilização de registros de arquivo e outros textos não científicos como fontes para o estudo de caso. Inicialmente, realizou-se a procura na *Base de Dados em Ciência da Informação* (BRAPCI) e no Google Acadêmico, não havendo restrição quanto ao intervalo de tempo e com a busca composta dos seguintes termos: “TV Tupi” e “Preservação e conservação”, a partir dos quais foram recuperados, respectivamente, 0 (zero) e 33 (trinta e três) resultados.

Para a investigar o estado de preservação do acervo após o encerramento das atividades da TV Tupi foi necessário delimitar os textos recuperados que discorressem a respeito desses tópicos. Dos trinta e três resultados do Google Acadêmico, apenas um atendia esse critério, a saber:

- Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Comunicação, da Universidade de São Paulo, no ano de 2009: “A experiência brasileira na conservação de acervos audiovisuais”, de Maria Fernanda Curado Coelho. A autora traça uma linha do tempo acerca do tema, desde os anos 40 ao início dos anos 2000.

Em um segundo momento, nas mesmas bases de dados anteriormente mencionadas, também sem restrição temporal, foram pesquisados de forma composta os termos: “Cinemateca Brasileira” e “Preservação audiovisual”. Na BRAPCI, não houve resultado. No Google Acadêmico, dos 167 (cento e sessenta e sete) resultados, considerando o critério discutido previamente, foi selecionado o texto a seguir:

- Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, da Universidade de São Paulo, no ano de 2009: “A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil”, de Carlos Roberto de Souza. O autor, ex-colaborador da instituição, tece um extenso histórico da entidade, principalmente durante as respectivas atividades desenvolvidas enquanto trabalhador no local.

Em um terceiro momento, considerando os mesmos locais de busca, igualmente sem determinar datas, foi realizada uma busca composta com os termos: “Arquivo Nacional” e “Preservação audiovisual”. Na BRAPCI, não foi possível obter resultados. No Google Acadêmico, foram recuperados 112 (cento e doze) resultados,

porém não satisfaziam o critério estabelecido e mencionado acima.

De forma a suprir a escassez de resultados, foram selecionados também registros de arquivo de ambas as instituições custodiadoras, disponíveis nos respectivos sites destas:

- Relatórios anuais da Cinemateca Brasileira, compreendidos entre 2007 e 2018. A partir desta documentação é possível averiguar as atividades desenvolvidas pela entidade.
- Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Site de consulta do Arquivo Nacional, no qual os dados a respeito dos fundos são apresentados conforme recomenda a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Por meio de busca ampla acerca das condições do acervo da TV Tupi no Google, foi recuperado o texto não científico a seguir:

- A matéria jornalística intitulada “Tesouros recuperados”, de Lilian Fernandes para o jornal O Globo, publicada em 2007.

Delimitadas as fontes que permitiram a investigação das condições de preservação e conservação, mesmo em realidade de distanciamento social, a Análise de Conteúdo foi o método ideal para a análise e compreensão dos dados disponíveis selecionados. Conforme Bardin (1977, p. 9), a Análise de Conteúdo “[...] é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução, a inferência”. Assim, o empenho da significação alterna-se entre a rigidez da objetividade e a fertilidade da subjetividade.

Durante a exploração dos documentos, para facilitar a compreensão e as análises, foram definidos os seguintes conjuntos:

- Fundos: Tupi São Paulo; Tupi Rio de Janeiro.
- Períodos: 1) Anos 50-70; 2) Anos 80; 3) Anos 90; 4) Anos 2000, 2010 e 2020.
- Termo/Expressão: palavras e frases que se relacionavam com os fundos no que tange à preservação e/ou conservação.

Após categorização dos termos e expressões que identificam os Fundos, foi possível traçar reflexões acerca dos objetivos delineados para a pesquisa, no que se refere às condições de preservação e conservação dos acervos. De modo a complementar e consumir a análise, serão utilizados dois quadros para avaliação e identificação de obsolescência e estabilidade de mídia, aplicáveis a diferentes tipos de suporte audiovisuais.

3 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Conceitualmente, a “[...] preservação em um sentido geral, trata-se de toda a ação que se destina à salvaguarda dos registros documentais [...]” (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011, p. 4). Nota-se que o processo de preservação inclui a própria instalação do arquivo em local adequado, bem como o modo de armazenamento em caixas de polipropileno, ou polionda, como é mais conhecida, corroborando com a manutenção da estabilidade dos documentos diante de intempéries, como a ação de agentes físicos, químicos e biológicos.

Entende-se, para tanto, que a preservação envolve: a administração da entidade, decisões políticas, recursos humanos e financeiros, espaços para armazenagem/acondicionamento, capacitação de funcionários/sujeitos informacionais, atividades de conservação e restauração, estabelecimento de diretrizes entre outros (LOPES, 2017). Assim, em suma, compreende-se que a preservação se trata de definição e aplicação de políticas institucionais, abrangendo outras atividades correlatas.

A degradação de acervos é causada pelos agentes de deterioração de documentos, ou seja, “[...] aqueles que levam os documentos a um estado de instabilidade física ou química, com comprometimento de sua integridade e existência.” (CASSARES; MOI, 2000, p. 13).

Os agentes de deterioração devem ser levados em consideração pelas unidades informacionais, uma vez “[...] que afetam a preservação do material sob sua custódia, fatores esses apontados pela Repartição de Normas Técnicas (*Bureau of Standards*) como agentes externos e internos de deterioração [...]” (SCHELLENBERG, 2006, p. 232).

De acordo com Crespo e Viñas (1984), há causas intrínsecas de alteração, as quais se encontram na própria natureza das matérias-primas do papel ou nos componentes recebidos durante seu processo de fabricação. Dessa forma, o suporte estará irremediavelmente afetado. Ainda segundo os autores, o tamanho anormal de um documento, ao dificultar o adequado acondicionamento e manuseio, é caracterizado, também, como um fator característico dificultador da conservação.

Segundo Teixeira e Ghizoni (2012) há cinco fatores externos, ou extrínsecos, que estabelecem contratempos no que tange à conservação preventiva de acervos: agentes físicos, químicos, biológicos, antrópicos e as catástrofes, os quais serão

expostos mais detalhadamente, a seguir.

Os agentes físicos contemplam a temperatura, umidade relativa do ar e incidência de luz (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012). Temperatura e umidade elevadas catalisam a velocidade de reações químicas e, ainda, podem provocar movimentos de contração e alongamento das fibras. A luz, seja natural ou artificial, favorece a oxidação dos materiais, causando danos cumulativos e irreversíveis (CASSARES; MOI, 2000; CORADI; EGGERT-STEINDEL, 2008).

Corroborando com o exposto, Schellenberg (2006, p. 232), considera os agentes externos “[...] a luz, a temperatura, a umidade, a poluição ácida do ar e as impurezas”. Ainda segundo o autor, estes agentes poluidores e demais fatores externos de deterioração, temperatura e umidade prejudiciais devem ser tratados com aparelhagem moderna de controle de temperatura e desumidificadores de ar.

Os agentes químicos, como gases e partículas sólidas, oriundos de vernizes e tintas, reagem com o papel, deixando-o descolorido e quebradiço, afetando nitidamente o acervo (CASSARES; MOI, 2000). No que tange às especificações para mobiliários, recomenda-se a utilização de móveis de aço ou de madeira tratada contra insetos e fogo. Ademais, a mobília de metal deve ser fabricada com chapas de aço de carbono fosfatizado, com pintura eletrostática (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Os agentes biológicos correspondem aos insetos, roedores e fungos, os quais aparecerão, majoritariamente, em condições favoráveis, ou conforto ambiental, à sua proliferação, como descontrole de temperatura, umidade e falta de higiene (CASSARES; MOI, 2000).

Orienta-se, como medida preventiva, a obstrução de ralos e aberturas de paredes. Ademais, aconselha-se evitar a permanência de lixo ou de alimentos no ambiente arquivístico. Caso haja infestação, indica-se a utilização de inseticidas e/ou dedetização do ambiente (DISTRITO FEDERAL, 2014), a qual deve ser feita sempre por profissionais treinados e capacitados.

Os agentes antrópicos são, de forma consciente ou não, os seres humanos, mediante intervenções inadequadas, armazenamento incorreto e, até mesmo, vandalismo ou roubo (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012).

Deve-se conscientizar os utilizadores acerca do valor do acervo e da importância da conservação. Os usuários, ainda, devem estar atualizados a respeito das normas e procedimentos quanto à manipulação dos documentos (DISTRITO FEDERAL, 2014). Nesse quesito, convém destacar a importância da educação e da

formação cultural de uma sociedade, quando esta aprende a valorizar os arquivos como parte de sua história e a respeitar as melhores práticas de arquivamento, como manuseio e conservação dos materiais.

As catástrofes, por sua vez, caracterizam-se por sinistros que venham a ocorrer, sobretudo de causas naturais, como inundações, terremotos e furacões, ou ocasionadas pelo homem, a saber, incêndios e guerras, com potencial dano aos materiais (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012).

Propõe-se a implantação de um manual para casos de emergência, favorecendo a salvaguarda dos recursos humanos e do arquivo (DISTRITO FEDERAL, 2014). Dessa forma, a definição de procedimentos adequados poderia minimizar os danos e colaborar com a segurança dos arquivos e dos seres envolvidos.

3.1 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS

No que concerne às questões de preservação e conservação, os arquivos audiovisuais também requisitam de cuidados especiais. Tendo em vista a necessidade intrínseca das informações audiovisuais estarem registradas, transmitidas e compreendidas em um dispositivo tecnológico, há a preocupação por parte de arquivistas, não só da manutenção dos respectivos acervos, como, também, de resguardarem os aparatos necessários para sua inteligibilidade (BUARQUE, 2008, p. 1). Neste sentido, Seeger (2009) aponta que sem os equipamentos adequados, os suportes em que estão contidas as informações audiovisuais são virtualmente inúteis.

Segundo Curtis (2018), há cinco categorias para avaliação de obsolescência de mídias de armazenamento e seus respectivos equipamentos de leitura, conforme veremos no quadro 1, a seguir. Para sua interpretação, deve ser considerado o seguinte questionamento: Quão fácil é encontrar o(s) equipamento(s) necessário(s) para a leitura das informações nos respectivos formatos? Assim, a partir da avaliação da instituição, levando em conta o questionamento apresentado, os formatos presentes no acervo devem ser classificados com base nos 5 níveis representados por cores, de acordo com o risco de avaliação de obsolescência ao qual as mídias estão sujeitas.

Quadro 1 – Avaliação de obsolescência

5. Extinto ou risco muito alto.	Equipamentos capazes de ler ou transcrever a mídia podem ser muito especializados, raros, difíceis ou caros de manter.
4. Em perigo ou de alto risco.	Equipamentos capazes de ler a mídia podem ser cada vez mais raros, difíceis ou caros de manter.
3. Ameaçado ou risco moderado.	Equipamentos capazes de ler a mídia podem não estar prontamente disponíveis ou podem precisar de manutenção cuidadosa.
2. Vulnerável ou algum risco.	O formato não é mais atual, mas pode ainda estar em uso, e o equipamento capaz de ler a mídia ainda é relativamente comum, mesmo que não seja mais produzido.
1. Em uso atual ou de baixo risco.	O equipamento capaz de ler a mídia ainda é produzido, ou ainda está amplamente disponível (talvez devido à compatibilidade com versões anteriores, adaptadores ou alternativas, como digitalização de negativos de filmes).

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Curtis (2018, tradução nossa)

Ainda nesse direcionamento, o autor discorre a respeito da estabilidade das mídias, no que tange à capacidade do documento estar legível eletronicamente e, conseqüentemente, de a informação ainda estar disponível e acessível. Para a análise do quadro 2, deve ser ponderada a pergunta: Quanto tempo as mídias durarão antes de se tornarem ilegíveis? Isso posto, a entidade deve atribuir aos suportes uma das 5 categorias demonstradas.

Quadro 2 – Avaliação de estabilidade de mídia

5. Risco muito alto.	Todos os exemplares excederam a expectativa de vida e provavelmente se degradarão. Necessita de uma migração urgente.
4. Alto risco.	Alto risco de degradação, mesmo com bom armazenamento, e a migração precisa ocorrer em breve. Muitos exemplares deste formato chegaram ao fim de sua vida útil esperada.
3. Risco moderado.	Algum risco de degradação, e os primeiros exemplares deste formato podem estar chegando ao fim de sua vida útil esperada.
2. Baixo risco.	Pequeno risco de degradação, mas a maioria dos exemplares deste formato está dentro da expectativa de vida.
1. Estável.	Com um bom armazenamento, mesmo os primeiros exemplares provavelmente serão utilizáveis em um futuro próximo.

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Curtis (2018, tradução nossa)

Também será possível responder a partir da identificação da situação de cada tipo de mídia e seus equipamentos reprodutores: Que prioridade deve ser dada à migração ou preservação da mídia? Os quadros apresentados, logo, são interdependentes, devendo ser examinados de forma conjunta, norteados a definição das estratégias de preservação mais adequadas ao caso. Pelo exposto, percebe-se que é fundamental não apenas a preservação e conservação adequada das mídias audiovisuais, como também dos aparatos necessários à sua utilização, reprodução ou transmissão.

3.1.1 Tv Tupi e a Informação Audiovisual Televisiva

Inaugurada em 18 de setembro de 1950, em São Paulo, a TV Tupi pertenceu ao grupo empresarial de comunicação Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Chateaubriand. Primeira emissora de televisão no Brasil, e na América do Sul, foi pioneira no telejornalismo nacional, exercendo certa supremacia durante

os anos 1950 (ALVES, 2008).

Segundo Silva (2004), a saúde financeira da Tupi nunca foi vigorosa, devido ao amadorismo com a gestão financeira da emissora, a centralização da administração por Assis Chateaubriand e um dificultoso sistema de condomínio de acionistas para ser conduzido. Nas décadas seguintes, ainda diante de acirrada concorrência e passando por sucessivas mudanças e crises, produziu importantes obras de teledramaturgia até o encerramento de suas atividades.

No que tange à preservação, verifica-se que desde o momento em que a Tupi ainda estava em operação, ou seja, desde a gênese informacional, frequentemente o acervo da emissora era preterido. Direta ou indiretamente, as crises financeiras e institucionais afetavam singularmente o registro da própria história institucional, aliadas à falta de consciência do valor do que era criado.

Logo após a perempção das concessões, houve a abertura de falência pela Rádio Difusora de São Paulo S.A. – razão social da emissora, em que todos os bens foram penhorados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social para a quitação de dívidas, entre eles: acervo de vídeos, filmes e outros documentos (SOUZA, 2009).

Dada a relevância do acervo, uma questão fundamental para garantir que o este esteja disponível pelo maior tempo possível é que a instituição trate das demandas de preservação, caso contrário, uma fonte histórica preciosa tende a se deteriorar de modo irreversível.

Os arquivos audiovisuais de televisão possuem uma enorme importância social, considerando-se o registro cotidiano da sociedade Brasileira de uma época em suas diversas nuances. A Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (2016), discorre sobre a significação cultural, histórica e artística destes materiais documentais.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Entende-se que as estratégias de preservação do Fundo Tupi - São Paulo variaram ao longo dos quatro períodos analisados.

Quadro 3 – Período 1: Funcionamento da Tupi e encerramento das funções

Período 1			
Reaproveitamento do tape	Saque ao arquivo	Apagassem as fitas	Filmes que raramente retornavam
As causas para a quase inexistência de material do começo da TV no Brasil são várias: algumas delas são a natureza do veículo que no início era ao vivo, os incêndios que vitimaram diferentes emissoras e a falta de noção do valor do conteúdo produzido - o que, após a popularização do videotape, nos anos 60, levava ao reaproveitamento das fitas.			

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Coelho (2009) e Souza (2009).

Para o primeiro período, não há detalhes para controles ambientais, porém havia reaproveitamento e desaparecimento de fitas, além da eliminação de imagens. Claramente não havia a conscientização do valor cultural do acervo.

Quadro 4 – Período 2: Transferência do arquivo às outras entidades custodiadoras

Período 2			
Uma primeira inspeção no prédio da Tupi na avenida Alfonso Bovero, no Sumaré, onde se amontoava a preciosa coleção	Caixas exteriormente deterioradas	Estreitos e empoeirados depósitos da Tupi	Precárias condições em que o acervo chegou
Entrega do que sobrou do acervo	Vergonhoso estado de conservação	Pilhas de latas de filmes velhas com uma delas servindo de receptáculo para algumas pontas de cigarro	Ausência de climatização do prédio
Depósito relativamente climatizado	Pior local escolhido para abrigar o acervo	O edifício [Cemucam] permaneceu indesejavelmente quente e úmido	Mesmo que não fosse um local ideal, o Cemucam era notadamente melhor do que a condição de guarda em que o material se encontrava
Neste período [1989], as fitas de vídeo da TV Tupi foram a única parte do acervo que teve suas condições de guarda melhoradas.		A sala [Studio Conceição] contava com o sistema de ar-condicionado instalado para o funcionamento da sala de exibição, o que permitia o controle das condições temperatura e tornava o lugar sensivelmente melhor do que as salas do Cemucam.	

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Coelho (2009) e Souza (2009).

No segundo período, as condições ambientais de guarda foram alteradas mais de uma vez: do prédio abandonado da TV Tupi, ao quente e úmido Cemucam, até chegar ao Studio Conceição, quando então teve controle de temperatura e umidade.

Quadro 5 – Período 3: Início efetivo do tratamento documental

Período 3		
Um convênio assinado com a fundação Padre Anchieta/TV Cultura permitiu a limpeza, copiagem e catalogação do acervo Tupi em vídeo Quadruplex e U-matic	O convênio previa a entrega à Cinemateca de cópias dos originais em fitas VHS de baixa velocidade, suporte não destinado à preservação e que em menos de uma década apresentou sinais de deterioração e perda de informação	Quando foi feita a transferência da coleção para o Matadouro, a Cinemateca precisou adequar, ou construir, depósitos para armazenar cerca de 8 fitas de vídeo e aproximadamente 150 mil rolos de película
As imagens não puderam ser recuperadas devido ao estado de conservação da fita U-Matic original, segundo laudo emitido pela empresa Video Shack, responsável pela reformatação do material.		As películas sofreram higienização, acondicionamento e passaram por processo de duplicação e telecinagem.

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Coelho (2009) e Souza (2009).

No terceiro período, quando o material foi enviado à nova sede da Cinemateca Brasileira, de início novamente passou por local sem aparelhagem para reduzir variações ambientais que prejudicassem as fitas.

Em contraste com o acervo paulistano, o qual embora não tenha ficado sob condições adequadas mesmo após a transferência, mas que recebeu algum tipo de curadoria relativamente de forma rápida, o fundo carioca ficou décadas sem qualquer tipo de tratamento. Isso afetou diretamente a qualidade dos materiais em suportes mais frágeis: há indicação nas circunstâncias de preservação que não foi possível recuperar fitas no formato U-matic, pelo estado de conservação do material.

Quadro 6 – Período 4: Continuação do tratamento arquivístico e paralisação temporária das atividades da entidade custodiadora

Período 4		
No Laboratório de Imagem e Som foram feitas a limpeza e a transcrição dos materiais para formatos digitais, além	Após medição de nível de acidez em parte do acervo, constatou-se a existência de materiais com nível de	Como as fitas 2" encontram-se em estado muito precário e parte desse conteúdo já havia sido transcrito no

de cópias de segurança em fitas LTO-4.	acidez elevado (síndrome do vinagre), que foram separados dos demais e encaminhados para o Laboratório de Imagem e Som para fins de preservação.	início da década de 1990 para o formato U-matic, traçamos a metodologia de comparação entre o conteúdo agora transcrito da fita 2" e os transcritos anteriormente para U-matic.
--	--	---

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de Coelho (2009) e Souza (2009).

No quarto período, teve seu acondicionamento otimizado novamente. Porém, novos contingenciamentos de verba e a paralisação de atividades da Cinemateca Brasileira não trazem cenários exatos de preservação e conservação. Também é possível perceber a preocupação com questões de preservação digital, ao verificarmos expressões que remetem à digitalização do acervo e o armazenamento em mídias de preservação a longo prazo, ainda que somente por esta particularidade não seja possível fazer uma análise aprofundada do tópico.

Baseado no quadro 1 e avaliando os formatos constantes nos Fundos Tupi - São Paulo e Rio de Janeiro, sugere-se a seguinte classificação à avaliação de obsolescência: Quadrex (fita de 2 polegadas) - nível 5; U-matic (fita de ¾ de polegada) - nível 4; VHS (Video Home System) - nível 2 e; Filmes (16mm) - nível 1.

Observa-se que grande parte dos acervos analisados são compostos por suportes com risco muito alto de obsolescência, conforme análise do quadro 1. A perspectiva de preservação informacional a partir da avaliação desse quadro é preocupante, posto que quanto mais tempo passa, mais difícil será localizar dispositivos que façam a leitura desse material, mesmo em outros países.

Levando-se em conta o quadro 2 e analisando o material presente nos referidos Fundos, visualiza-se a avaliação de estabilidade da mídia do seguinte modo: Quadrex (fita de 2 polegadas) - nível 5; U-matic (fita de ¾ de polegada) - nível 4; VHS (Video Home System) - nível 4 e; Filmes (16mm) - nível 5.

Na categoria apresentada no quadro 2 a situação é ainda alarmante: todos os suportes presentes nos Fundos Tupi - São Paulo e Rio de Janeiro tem avaliação de estabilidade de mídia com risco de degradação alto ou muito alto. Essa afirmativa é corroborada a partir de exemplos trazidos anteriormente: o quadro 5 trouxe a impossibilidade de recuperação de imagens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que nem sempre as estratégias de preservação e conservação do referido fundo atenderam às recomendações preconizadas pela literatura científica arquivística. No entanto, as adequações eram realizadas tão breve como possíveis de serem implementadas, minimizando eventuais prejuízos que potencializassem a degradação do suporte, incluindo medidas paliativas adaptadas à realidade das organizações.

As perspectivas de preservação e conservação dos fundos analisados são obtusas: há material com impossibilidade de recuperação pelo estágio avançado de degradação e as fitas com probabilidade de digitalização, ainda que parcial, não podem ser visualizadas, em sua maioria, por falta de equipamento devido ao alto grau de obsolescência.

Em condições ideais de fomento à cultura, os arquivos teriam possibilidade de serem digitalizados e, conseqüentemente, disponibilizados ao público. Porém, um contingenciamento financeiro, ao contrário, coloca em risco iminente a preservação e conservação dessas imagens únicas. Fica perceptível, a partir dos resultados obtidos pelo trabalho, que a escolha da primeira opção leva à necessidade de execução de medidas urgentes, como rememora a Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais: reconhece-se, desde 2016, o prazo entre dez e quinze anos para a preservação digital de informações audiovisuais que ainda estejam em suportes magnéticos. Do contrário, a digitalização poderá estar fora de alcance para a maior parte das instituições ou mesmo, irremediavelmente, registros perdidos para sempre.

Entende-se que um adequado tratamento documental se inicia com a priorização de políticas públicas voltadas à Cultura, em especial às instituições mantenedoras de acervos arquivísticos. Assim, com um financiamento apropriado às necessidades organizacionais, será possível executar atividades fundamentais às informações audiovisuais, como a conservação preventiva e curativa. No entanto o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ publicou em 02 de agosto de 2021 uma nota pública reforçando sua preocupação com a situação da Cinemateca Brasileira, agravada após um incêndio ocorrido na noite de 29 de julho de 2021. O incêndio destruiu parte inestimável do acervo e equipamentos de cinema, fotografia e processamento laboratorial. Na nota o CONARQ reafirma a relevância do “maior e mais importante acervo audiovisual do Brasil”, alertando a necessidade urgente de

ações efetivas que possibilitem a continuidade das funções de preservação, processamento técnico e difusão da instituição.

Os Arquivos são lugares de memória, como definem Britto, Mokarzel e Corradi (2017), são um fenômeno estruturado socialmente e, por isso, são resultados do contexto do seu tempo. Para os autores

[...] o documento de Arquivo se constitui como fonte primordial de qualquer estudo relacionado à memória, pois são nesses documentos que contêm as diversas dimensões da realidade (social, cultural, administrativa, ideológica, econômica e política) em que os objetos passíveis de estudo estarão relacionados. (BRITTO; MOKARZEL; CORRADI, 2017, p. 164)

Os registros da TV TUPI, como já mencionado, registram parte do cotidiano e da cultura brasileira de 70 anos atrás, e a organização e disponibilização desses acervos possibilitam a reflexão sobre fragmentos do passado, os registros televisivos, informativos ou de entretenimento, constituem os arquivos e:

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico [...] (FARGE, 2017, p. 14).

O acervo da Tv Tupi registra para além de imagens de celebridades e as primeiras telenovelas do país, registra também o povo brasileiro em imagem, som e movimento, o cotidiano transmitido nos televisores desse povo, influenciando e sendo influenciado pela cultura que se modificava pela primeira experiência televisiva feita em solo brasileiro. Finalizamos, portanto, salientando a necessidade de estudos constantes no âmbito arquivístico sobre a temática, para que teorias e práticas de preservação de suportes audiovisuais possam ser aprimoradas por profissionais da área. Evidencia-se também a importância da preservação audiovisual televisiva, principalmente, nesse contexto, a informação audiovisual histórica, impactando em políticas públicas que garantam que a informação registrada não se perca pela decomposição causada pelo tempo e pela obsolescência dos suportes e que desastres programados por falta de preservação preventiva e manutenção parem de acontecer.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Vida. **TV Tupi**: uma linda história de amor. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 418 p. Disponível em: <https://aplauso.imprensaoficial.com.br/livro-interna.php?iEdicaoID=146>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **SIAN**: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL (Brasil). **Código de Ética**. 2016. Disponível em: <http://www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/abpa/codigo-de-etica.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRITO, Luciana Souza de. Arquivos especiais: caracterização e identificação dos suportes, das formas e dos formatos. **PontoDeAcesso**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 126-155, abr. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4970>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa de Oliveira; CORRADI, Analaura. O Arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. **Ágora**. Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/640>. Acesso em: 20 jun. de 2022.
- BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. 9., 2008; São Leopoldo, RS. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2008. 9 f.
- CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p.
- CINEMATECA BRASILEIRA. **Relatórios anuais**. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 1955-2010.
- COELHO, Maria Fernanda Curado. **A experiência brasileira na conservação de acervos audiovisuais**: um estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-19112010-083724/ptbr.php>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CORADI, Joana Paula; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Técnicas básicas de conservação e preservação de acervos bibliográficos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 13, n. 2, p.347-363, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/588>. Acesso em: 29 maio 2022.

CRESPO, Carmen; VIÑAS, Vicente. **La Preservación y restauración de documentos y libros en papel**: un estudio del RAMP con directrices. Paris: Unesco, 1984. 109 p.

CURTIS, Jason. **Museum of Obsolete Media**, 2018. Página inicial. Disponível em: <https://obsoletemedias.org/>. Acesso em: 29 maio 2022.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Subsecretaria de Gestão de Arquivos Intermediários – Sugai. **Programa de Gestão de Arquivos**: Planos de Prevenção, Conservação e Emergência do Complexo Arquivístico do TJDF. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2014. 49 p. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-do-conhecimento/gestao-documental/boas-praticas-de-gestao-documental/ProgramadeGestodeArquivosPlanosdePrevenoConservaoeEmergnciadoComplexoArquivisticoDoTJDFT.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 120 p.

FERNANDES, Lilian. Tesouros recuperados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 ago. 2007. Segundo caderno, p. 1.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz (coord.). **Patrimônio histórico**: como e por que preservar. Bauru: Canal 6, 2008. 36 p. Disponível em: http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUND AND AUDIOVISUAL ARCHIVES (IASA). Comitê técnico. **Padrões, práticas e estratégias recomendadas**: a salvaguarda do patrimônio audiovisual: ética, princípios e estratégias de preservação (IASA-TC03). 2017. Disponível em: https://www.iasaweb.org/sites/default/files/downloads/publications/TC03_4th_edition_Portuguese.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. [S. l.]: Elsevier, 2005.

LOPES, Maria Aparecida. **Conceitos**, 2017. [18 slides].

MARQUES, Fabrício. **Resgate de conhecimento**. Pesquisa FAPESP, São Paulo, maio 2015. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/resgate-de-conhecimento/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

NAVAS BENÍTEZ, Fabiola. **Protocolo para la digitalización del patrimonio audiovisual en instituciones culturales**. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Audiovisual de Serviço Público) - Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2020. Disponível em: http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:master-Filologia-CASP-Fnavas/Navas__Benited__Fabiola_TFM.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEEGER, Anthony. Uma história de dois arquivos: aquisição, preservação, digitalização e divulgação de acervos audiovisuais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 48, p. 31-52, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4056/405641270003.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, Luiz Antonio Santana da; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Ações da câmara técnica de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros - CTDAIS, para institucionalização de documentos não textuais no Brasil. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [S. l.], n. 5, p. 87-97, 2016. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1473>. Acesso em 10 jul. 2022.

SILVA, Patrícia Alves do Rego. **TV Tupi: a pioneira da América do Sul**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101419/memoria11.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-26102010-104955/pt-br.php>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação: documentos extrajudiciais: CNJ**. [Rio de Janeiro]: Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <https://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2016/02/Manual-T%C3%A9cnico-de-Preserva%C3%A7%C3%A3o-e-Conserva%C3%A7%C3%A3o-de-Documentos-Extrajudiciais-.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC, 2012. 74 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.